



CAMELÓDROMO COMO SÍMBOLO: A POPULARIZAÇÃO DO CENTRO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP E SÃO CARLOS/SP

EIXO TEMÁTICO: “OUTRAS” HISTÓRIAS?

SCUDELLER, Barbara Pozza

Mestre em Arquitetura e Urbanismo; Doutoranda no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), Bolsista de Fluxo Contínuo de Doutorado no País pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP-nº 2022/04317-8)
barbara.scudeller@usp.br

ALVES, Manoel Rodrigues

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP)
mra@sc.usp.br

RESUMO

Intervenções populares simbolizam o pertencimento do centro a uma classe de baixa renda e baixo poder aquisitivo. Este estudo levanta a hipótese de que os novos projetos para seus camelódromos reiteram o pertencimento do centro aos segmentos populares, prática iniciada em 1990 e reafirmada nos anos 2010. Ao estudar cidades (inter)médias nos deparamos com o desafio de pensar suas especificidades frente às pesquisas que usam as metrópoles como objetos empíricos. Neste artigo, discutiremos como os novos camelódromos de Presidente Prudente/SP e São Carlos/SP nos ajudam a contar a história de formação destes centros do ponto de vista da contemporaneidade. Os dados apresentados foram coletados através do método de estudo de caso, principalmente a partir dos levantamentos documentais, bibliográficos e de campo. Aos que os resultados apontam, os projetos para os novos camelódromos buscam reiterar um perfil da camelotagem nos espaços públicos destes centros, mesmo que revestidos da estética de legalidade buscada pelos shoppings populares. Aspecto este distinto do observado em regiões metropolitanas, onde a legalidade atua na higienização estética e moral dos boxistas, que ou sedem às lógicas de empresarização do comércio popular, ou não terão mais lugar nos novos empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: camelódromo; comércio popular; centro; Presidente Prudente/SP; São Carlos/SP.

ABSTRACT

Popular interventions symbolize the belonging of the downtown to a low-income class with low purchasing power. This study raises the hypothesis that the new projects for these street markets reiterate the center's belonging to the popular segments, a practice that began in the 1990s and was reaffirmed in the 2010s. When studying medium-sized cities, we face the challenge of considering their specificities compared to research that uses metropolises as empirical objects. In this article, we will discuss how the new street markets in Presidente Prudente and São Carlos help us tell the story of the formation of these centers from a contemporary perspective. The data presented were collected through the case study method, mainly from documentary, bibliographic, and field surveys. According to the results, the projects for the new street markets aim to reiterate a profile of street trading in the public spaces of these centers, even though they are covered by the aesthetics of legality sought by popular malls. This aspect differs from what is observed in metropolitan regions, where legality acts on the aesthetic and moral sanitization of stallholders, who either submit to the corporatization logic of popular commerce or will no longer have a place in new developments.

KEY-WORDS: *street market; popular commerce; downtown; Presidente Prudente/SP; São Carlos/SP.*

RESUMEN

Las intervenciones populares simbolizan la pertenencia del centro a una clase de bajos ingresos y bajo poder adquisitivo. Este estudio plantea la hipótesis de que los nuevos proyectos para sus "camelódromos" reiteran la pertenencia del centro a los segmentos populares, una práctica iniciada en 1990 y reafirmada en los años 2010. Al estudiar ciudades (inter)medias, nos enfrentamos al desafío de considerar sus especificidades frente a las investigaciones que utilizan las metrópolis como objetos empíricos. En este artículo, discutiremos cómo los nuevos "camelódromos" de Presidente Prudente/SP y São Carlos/SP nos ayudan a contar la historia de la formación de estos centros desde el punto de vista de la contemporaneidad. Los datos presentados fueron recolectados a través del método de estudio de caso, principalmente a partir de levantamientos documentales, bibliográficos y de campo. Según los resultados, los proyectos para los nuevos "camelódromos" buscan reiterar un perfil de la venta ambulante en los espacios públicos de estos centros, aunque estén revestidos de la estética de legalidad buscada por los centros comerciales populares. Este aspecto es distinto de lo observado en las regiones metropolitanas, donde la legalidad actúa en la higienización estética y moral de los vendedores de boxes, quienes o ceden a las lógicas de empresarización del comercio popular, o no tendrán más lugar en los nuevos emprendimientos.

PALABRAS CLAVE: *camelódromo; comercio popular; centro; Presidente Prudente/SP; São Carlos/SP*

INTRODUÇÃO

A escrita desse artigo científico foi motivada pelos resultados parciais obtidos na pesquisa de doutorado intitulada “O popular no centro: as repercussões dos novos projetos de intervenções nos centros consolidados de Presidente Prudente/SP e São Carlos/SP a partir dos anos 2010”. Tal pesquisa se encontra em andamento, mas já nos possibilita apresentar aqui alguns de seus resultados de maior relevância.

Como apresentado no título do projeto, a pesquisa estuda o centro de duas cidades (inter)médias localizadas no interior do estado de São Paulo, no Brasil. Neste trabalho, compreendemos as cidades (inter)médias por cidades que desempenham um papel de centralidade regional em seu território. A partir do conceito trazido por Sposito (et al., 2006), essas cidades exercem um papel de intermediação entre cidades pequenas, áreas rurais e as regiões metropolitanas.

As cidades de Presidente Prudente e São Carlos foram fundadas pelos coronéis das fazendas cafeeiras de suas regiões no estado. São Carlos foi fundada em 1857 e Presidente Prudente em 1917 – portanto, com 60 anos de diferença entre elas. Isso implicou em algumas distinções, por exemplo, uma se originou nos tempos áureos da monocultura e outra na expansão tardia do café ao interior do estado. Por consequência, as dinâmicas de ocupação de cada centro foram distintas, mas ambas marcadas por um histórico de segregação.

Em São Carlos, a população inicialmente se concentrava nas áreas rurais, trabalhando nas plantações de café, produto que impulsionava o acúmulo de capital na região. Com a chegada da linha férrea para o escoamento do café ao porto de Santos/SP, os loteamentos na área central de São Carlos se multiplicaram e os tradicionais coronéis começaram a construir suas casas também na cidade (Neves, 2007). Estas edificações se localizaram em uma área específica do centro, ao norte das margens do Rio Gregório. Este rio teve um papel fundamental na formação do aglomerado urbano são-carlense, pois no seu cruzamento com o Picadão de Cuiabá¹ foi construído o primeiro entreposto comercial e pouso para os

¹ Nomeado oficialmente como Caminho de Goiás, era popularmente conhecido como Picadão de Cuiabá. Este foi um caminho aberto pelos interessados na exploração de minérios quando da descoberta de ouro na região

boiadeiros (Neves, 2007). Os casarões da elite cafeeira foram construídos exatamente nesta região do centro, enquanto as áreas ao sul do Rio Gregório foram preteridas por essa classe social. Ainda que centrais, estas áreas foram ocupadas por populações menos abastadas.

Já em Presidente Prudente, a chegada da estação de trem ocorreu simultaneamente a ocupação da cidade, antecedendo a ocupação do campo – justamente para que a cidade desse suporte e estímulo a segunda onda de expansão cafeeira no estado (Abreu, 1972). Os primeiros loteamentos urbanos foram demarcados de frente às portas da Estação Ferroviária de Presidente Prudente, que deu nome à cidade. A linha férrea divide historicamente o centro deste a origem da cidade. O primeiro loteamento, empreendido pelo Coronel Goulart e nomeado como Vila Goulart, cresceu mais rapidamente e sediou os edifícios dos órgãos públicos do município – em oposição à Vila Marcondes, fundada por Coronel Marcondes, na região de trás da estação ferroviária².

O objetivo deste artigo é contribuir a narrativa histórica de formação destes centros, porém, a partir da história presente e de sua contemporaneidade. A pesquisa de base à escrita desse artigo estuda os novos projetos urbanos lançados para o centro destas cidades a partir dos anos 2010. Trabalhamos especificamente com três projetos para cada cidade. Em Presidente Prudente, nossa atenção se dirige aos novos projetos para o Calçadão da Rua Tenente Nicolau Maffei, para a Praça Nove de Julho e para a Praça da Bandeira (

Figura 1). Já em São Carlos, estudamos projetos também semelhantes, como o Calçadão da Rua General Osório, a Praça do Mercado e a Praça dos Voluntários (Figura 2).

do Mato Grosso. O trajeto mais rápido era através dos rios, saindo da cidade de São Paulo, subindo o Rio Tietê até a Bacia do Rio Paraná. Mas o transporte fluvial implicava limitações nas cargas transportadas, implicando na criação de uma estrada terrestre alternativa. O Picadão de Cuiabá foi aberto em 1719 e reaberto em 1765 por viajantes bandeirantes. Ao longo deste caminho, entrepostos comerciais eram fundados comercializando suprimentos e artigos de primeira necessidade (Dean, 1977).

² As diferentes tratativas, empreendidas por cada um dos coronéis, determinaram as diferentes proporções territoriais das vilas. Segundo Sposito (1983), o principal fator de deve essencialmente à diferença de preço dos lotes negociados por cada um dos coronéis. O Coronel Goulart não fornecia respaldo legal aos seus compradores, tendo em vista que as compras não eram regularizadas em cartório. Já Coronel Marcondes fornecia o registro de posse a todos os compradores de suas terras. Sendo assim, o preço de venda dos lotes da Vila Marcondes era mais elevado em comparação aos da Vila Goulart. A topografia mais acidentada e sua localização “aos fundos” da estação de trem podem ter contribuído negativamente na comercialização dos lotes, mas não foi fator determinante.

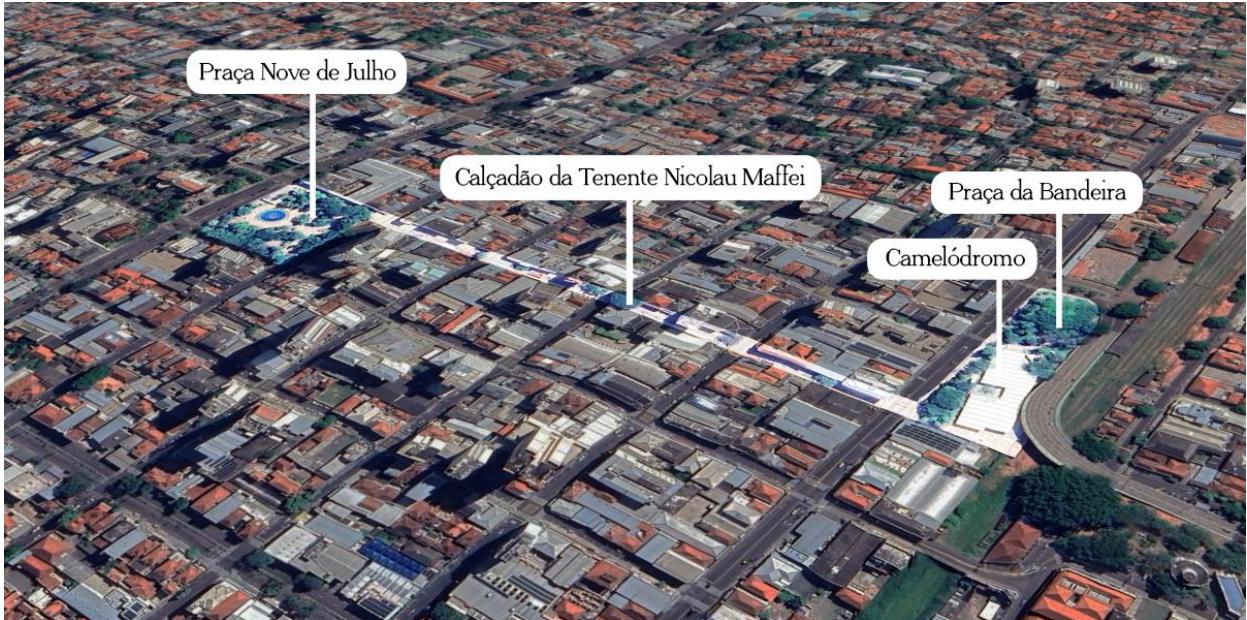
18^o SHCU

SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DA CIDADE
E DO URBANISMO

HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS

NATAL / RN
10-14 NOV. 2024

Figura 1: Área central de Presidente Prudente com a demarcação dos projetos estudados



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2024)

Figura 2: Área central de São Carlos com a demarcação dos projetos estudados



Fonte: Google Maps, editado pela autora (2024)

A hipótese da pesquisa doutoral em curso é de que estes projetos reforçam o caráter popular destes centros para uma classe de baixa renda e baixo poder aquisitivo. Porém, historicamente o centro não se construiu para este segmento social. A partir dos anos 1990, houve um processo de reestruturação urbana em ambas as cidades, no qual o centro de cada uma delas foi deixado às classes populares (Montessoro, 1999; Padilha, 2003) Então, tais projetos, executados a partir de 2010, vieram ratificar o pertencimento do centro a essa

determinada classe social. E consequentemente nos apresentando uma especificidade na lógica de intervenção e transformação nos/dos centros urbanos.

Para ilustrar esse processo, apresentaremos um recorte dos objetos empíricos originalmente trabalhados. Dentre os casos de estudo antes mencionados, os camelódromos – atualmente denominados por *shoppings populares* – emergem como símbolo dessa intenção de reiterar o pertencimento do centro aos segmentos populares. Portanto, neste artigo vamos discorrer sobre o tema à luz das seguintes questões: o que as transformações nos espaços públicos do centro nos contam sobre a atual destinação da área central? Como a história de formação e reformulação dos camelódromos pode ilustrar esse processo?

Os dados trazidos neste artigo foram obtidos através do método de estudo de caso. Esse método foca em analisar objetos empíricos contemporâneos inseridos em seu contexto. Essa análise dialógica é necessária porque a compreensão destes objetos está intrinsecamente ligada aos múltiplos fatores externos que os conformam (Yin, 2001). Mas quando este método é aplicado a área da arquitetura e do urbanismo, como é o nosso caso, é imprescindível levamos também em consideração o contexto histórico dos objetos estudados – e não só os dados sobre sua contemporaneidade (Groat; Wang, 2013). Isso explica então a necessidade de estudarmos a história dessas cidades a fim de contarmos sobre o processo atual de formação destes centros.

A LÓGICA DE INTERVENÇÃO NOS CENTROS URBANOS

Os recentes projetos lançados para as áreas públicas do centro de Presidente Prudente e São Carlos fazem parte de um conjunto de intervenções urbanas para renovar³ o centro. Mas para

³ É comum o uso do termo “revitalização” para referir-se a projetos de intervenção em áreas urbanas centrais. Porém, julgamos ser esse um termo impreciso e inadequado. Ele é utilizado de maneira equivocada para referir-se a quatro conceitos possíveis: reabilitação, renovação, requalificação ou reestruturação. Os projetos de reabilitação costumam manter as antigas funções e formas do projeto anterior, apenas propondo uma atualização de sua estrutura física. Os projetos de renovação também mantêm as antigas funções da área de intervenção, mas costumam alterar a tipologia do antigo projeto. Já os projetos de requalificação implicam em mudanças funcionais do espaço, acrescentando novas funcionalidades. Os projetos de reestruturação necessariamente implicam em um processo de requalificação da área, mas alteram mais do que apenas sua função. Eles também implicam em mudanças da forma urbana do local, alterando totalmente o antigo papel

compreende-los, nos deparamos com uma especificidade fundamental: as intenções pelas quais os projetos foram propostos respondem a diferentes interesses em transformar o centro – se comparados, por exemplo, com os casos de estudos metropolitanos.

A revisão bibliográfica existente sobre intervenções públicas em áreas centrais usa predominantemente cidades metropolitanas como objetos empíricos de seus estudos de caso. Isso nos coloca um desafio, pois o caráter das intervenções observado nas metrópoles não se aplica inteiramente aos projetos empreendidos no centro das cidades (inter)médias. Na pesquisa de base à escrita deste artigo, os projetos estudados não objetivam a expulsão da população de baixa renda do centro – e sim reiteram o pertencimento do centro a esta classe social. A seguir, traremos referenciais bibliográficos de estudiosos brasileiros sobre os centros de cidades metropolitanas e seus projetos indutores de valorização – para posteriormente situá-los frente aos nossos casos de estudo.

Nos referenciais teóricos trazidos por Villaça (1998), o centro da cidade é um ponto de aglomeração no espaço urbano gerador de movimentos de afastamento e aproximação. Como a aglomeração dos citadinos em um único ponto é fisicamente impossível, alguns grupos tenderão a se afastar mais deste ponto nodal no espaço. O centro surge, então, enquanto ponto estratégico na estrutura intraurbana, representativo do mínimo deslocamento entre todos os membros da aglomeração. O uso da palavra “centro” para fazer referência a este ponto representa o seu valor material e simbólico para a cidade. Perante a estes movimentos de afastamento e aproximação, algumas classes sociais decidem – e tem condições econômicas para arcar com esta escolha – se afastar do centro. Segundo Villaça (*ibidem*), não é necessariamente a minimização do tempo de deslocamento o objetivo de todas as classes sociais. As classes de alta renda, por exemplo, podem escolher arcar com o tempo e o dinheiro para se deslocarem a pontos mais distantes do centro, em busca de uma exclusividade locacional. Mas há aqueles para qual a decisão de permanecer no centro não seja verdadeiramente uma escolha, mas uma consequência. Perante ao desinteresse das

daquele espaço perante o restante da cidade. Esse entendimento foi retirado de notas de sala de aula da disciplina “Espaço público, processos de produção e espacialidades da cidade contemporânea” (IAU5905), ministrada pelo Prof. Manoel Rodrigues Alves em 2018.

elites locais em permanecer no centro, este é deixado às classes de baixa renda – nem que temporariamente.

Entre afastamentos e aproximações, Villaça (1998), Correa (1989) e Carlos (2007) caracterizam o processo socioespacial de formação dos centros em três momentos-chave: a *concentração*, a *degradação* e a *transformação* dessas áreas. Como já discorrido por Villaça (*ibidem*), o momento inicial de formação do centro é representativo do movimento de *concentração* de pessoas, capitais e mercadorias. Enquanto seu valor simbólico de exclusividade socioespacial se mantém, é nesse ponto nodal que buscam se concentrar os setores administrativos, as áreas residenciais, os setores bancários e os de prestações de serviços (Carlos, *ibidem*). As vantagens de concentração destas atividades em um único ponto minimizam os custos de tempo e deslocamento para a aglomeração (Villaça, *ibidem*). Também do ponto de vista capitalista, a concentração representa uma vantagem para a produção, reprodução e acumulação deste capital, minimizando o tempo de deslocamento das mercadorias (Harvey, 2006).

Quando a concentração destes setores em um único ponto atinge sua saturação, inicia-se o processo de *degradação*. Tamanha concentração de residências, comércios, bancos, serviços e instâncias administrativas passa a representar uma perda de diferencial de mercado e de prestígio social para alguns segmentos. Na busca por reaver esse diferencial econômico e prestígio social é que as classes de alta renda buscam pontos mais distantes do centro e mais exclusivos na cidade. O setor terciário que trabalha para este público também acompanha o seu movimento, saindo do centro. Como destacado por Villaça (*ibidem*), o processo de *degradação* do centro é resultado do seu abandono pelas elites locais, pois primeiro se degrada o ponto estratégico locacional do centro, só depois começa a *degradação* do seu ambiente físico. Não são as deficiências internas ao centro que determinam o seu abandono, mas a fragilidade de vinculação mútua entre o centro e as elites que o sustentam. “Não foi por seu ‘envelhecimento’ que o centro principal foi abandonado. Se conviesse às burguesias continuar a usá-lo, elas o teriam renovado e aprimorado, como, aliás, já haviam feito no passado em inúmeros casos” (Villaça, 1998, p. 279).

Mediante sua popularização, tem início o momento de *transformação* do centro. Em posse do discurso de deterioração física e obsolescência deste ponto perante às novas áreas de expansão da cidade, surgem as iniciativas de se transformar o centro. Sob esse contexto e justificativa, os projetos de intervenção começam a ser propostos, geralmente inaugurados pela iniciativa do poder público local. A transformação do centro e a busca por sua revalorização se dá por projetos indutores de valorização (Fix, 2004). Ou seja, intervenções pontuais e de menor porte que objetivam estimular o encadeamento de novas iniciativas e novos projetos. Os projetos indutores de valorização, também conhecidos por “projetos âncoras”, costumam ser encabeçados pela iniciativa pública, contando ou não com a participação da iniciativa privada. Geralmente pontuais e inicialmente isolados de outras iniciativas, esses projetos atendem aos interesses do mercado imobiliário e do setor comercial, desencadeando o potencial especulativo da área que o recebe (Fix, *ibidem*).

Os autores brasileiros, anteriormente citados, tomam como objetos empíricos metrópoles brasileiras tais como São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, Belém/PA, Aracajú/SE, Rio de Janeiro/RJ, São Luís/MA, Fortaleza/CE, Belo Horizonte/BH, Salvador/BA e Recife/PE. Semelhante a tais realidades, o centro das cidades (inter)médias também passa por momentos-chaves de formação e transformação dos seus centros. A diferença encontrada e defendida aqui foca nas *intenções e resultados* almejados pelos projetos de *transformação* do centro. Enquanto em regiões metropolitanas os “projetos âncoras” de revitalização buscam atrair novamente suas elites locais, em cidades (inter)médias buscam reafirmar o pertencimento deste centro às classes de baixa renda e baixo poder aquisitivo. É justamente neste momento-chave de *transformação* das áreas centrais que a revisão bibliográfica voltada à realidade metropolitana se distingue empiricamente do constatado no centro das cidades (inter)médias.

OS CAMELÓDROMOS DE PRESIDENTE PRUDENTE E SÃO CARLOS

Como discorrido no tópico anterior, as alterações do centro das cidades passam necessariamente por três momentos-chave na produção desses espaços: momentos de *concentração, degradação e transformação*. O caso das cidades estudadas não é exceção a

esta lógica. Historicamente os centros de Presidente Prudente e São Carlos concentraram em sua estrutura grande número de pessoas, capitais e mercadorias. Enquanto o centro manteve o seu valor simbólico de exclusividade espacial e prestígio social, ele permaneceu ocupado pelas elites sociais, culturais e políticas da época. Mas houve um momento na história destas cidades em que isso se alterou.

Nos anos 1980, iniciou-se um processo de desvalorização do centro de Presidente Prudente. Para Whitacker (1997), esse centro atingiu o seu limite espacial de concentração em 1985, quando os setores comerciais, bancários e de serviços passaram a ocupar bairros adjacentes ao centro. Segundo Montessoro (1999), o centro se diferenciou espacialmente a partir da construção do maior shopping center da cidade, o Prudenshopping – que até hoje se mantém como o maior centro comercial fechado da cidade. Com a fundação deste empreendimento, em 1991, as classes sociais de maior poder aquisitivo foram realizar suas compras e lazer fora do centro tradicional de Presidente Prudente.

Algo semelhante também foi observado em São Carlos. O Shopping Iguatemi São Carlos foi inaugurado em setembro de 1997, cidade escolhida por ser a “capital da tecnologia”. Segundo Padilha (2003), a cidade foi escolhida por ter 90% da população morando na zona urbana e uma alta renda per capita. A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S. A. justificou seu investimento devido a “carência” de um centro de compras na região central do estado. Fazendo uso deste imaginário coletivo de distinção social e exclusividade social, o Shopping Iguatemi São Carlos atraiu para si consumidores das classes médias e médias de alta – deslocando as práticas de consumo desta classe social a outra centralidade urbana, fora da área central de São Carlos (Padilha, 2003).

Como consequência destes deslocamentos em prol de um consumo mais exclusivo, movido pela construção dos shoppings centers nestas cidades, o centro restou ao comércio popular. Em Presidente Prudente, poucos anos após a fundação do Prudenshopping, o comércio popular e informal passou a predominar na paisagem urbana da área central. Como trazido por Miño (2005), os “camelôs” já ocupavam os espaços públicos do centro, concentrados principalmente na Praça Nove de Julho, Calçadão da Maffei e Praça da Bandeira (Figura 3). O

momento de deterioração do centro esteve diretamente associado a popularização do comércio voltado ao público de baixa renda e baixo poder de compra.

Figura 3. Praça da Bandeira em 1986, sem a presença de vendedores ambulantes neste espaço público, antes do processo de popularização do centro de Presidente Prudente



Fonte: Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, acervo de pesquisa (2019)

Os camelódromos surgem perante à perda de valoração do centro às classes de alta renda. Este é o motivo pelo qual selecionamos este objeto empírico para ilustrar o processo de popularização dessas áreas centrais a partir dos anos 1990. Segundo os levantamentos realizados na imprensa local, o camelódromo de Presidente Prudente foi construído pelo poder público na Praça da Bandeira em 1995⁴ (Figura 4) – ou seja, quatro anos após a inauguração do Prudenshopping na região oeste da cidade. Em São Carlos, os primeiros registros de vendedores ambulantes na Praça dos Voluntários datam de 1999 (Figura 5), sendo o camelódromo entregue em 2004 pelo poder público⁵ – após sete anos da construção do Iguatemi São Carlos.

⁴ CAMELÓDROMO será entregue dia 15. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 13 mai. 1995. Disponível em: Biblioteca “Prof. Dióres Santos Abreu” da Universidade Estadual Paulista. Acesso em: 24 fev. 2023.

⁵ CAMELÓDROMO vai receber espaço revitalizado em São Carlos. **Jornal Clube**, São Carlos, 20 out. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9InTGkVHsw&ab_channel=JornaldaClube. Acesso em: 21 mar. 2024.

Figura 4. Projeto inaugural do Camelódromo de Presidente Prudente na Praça da Bandeira em 1995



Fonte: Jornal “O Imparcial”, acervo de pesquisa (2024)

Figura 5. Primeiro registro da estrutura dos boxistas na Praça dos Voluntários, exatamente onde hoje se localiza o Camelódromo de São Carlos⁶



Fonte: Fundação Pró-Memória de São Carlos, acervo fotográfico, foto número 1088 do catálogo (1999)

Mas a fundação dos camelódromos nestas cidades não ocorreu sem conflitos. A todo momento havia uma forte pressão das associações comerciais para que os vendedores ambulantes fossem expulsos do centro. Os lojistas formais viam no comércio informal uma concorrência injusta, visto que os ambulantes vendiam mercadorias similares a preços mais

⁶ A imagem encontrada no acervo fotográfico da Fundação Pró-Memória de São Carlos retrata uma inundação do Córrego do Gregório e assim catalogada pela fundação. Este córrego corta a área central e suas enchentes são históricas na região. A fotografia, ao registrar uma das enchentes do Gregório, acabou registrando também as primeiras estruturas ocupadas pelos boxistas daquilo que viria a ser um dia o camelódromo. Essa foi a única fotografia encontrada desta a primeira ocupação da Praça dos Voluntários pelos vendedores ambulantes do centro.

baixos⁷. Isso porque não pagavam aluguel pelo espaço e comercializavam produtos falsificados, importados principalmente do Paraguai (Gonçalves, 2000). Em Presidente Prudente, a prefeitura se viu diante de um impasse: se expulsasse os camelôs das ruas, haveria um grande contingente de pessoas desempregadas e sem renda para o poder público auxiliar – tendo em vista o grande número de pessoas em situação de rua no centro da cidade no início dos anos 1990⁸. Mas se o poder público consentisse a permanência dos camelôs nas ruas tal qual como estavam, a prefeitura poderia perder o fundamental apoio político do setor comercial. Perante a tal cenário, o poder público de ambas as cidades dedicou uma área pública específica para a fixação dos vendedores ambulantes no centro, dando a eles uma infraestrutura física permanente para a alocação de suas mercadorias. Em contrapartida, publicamente não seria admitida a presença de camelôs nas ruas do centro⁹ – ainda que essa prática fosse pouco reprimida pelo poder público.

Porém, mais do que compreender o processo de origem dos camelódromos, o enfoque deste artigo e da pesquisa que o origina é analisar as intenções públicas em promover novos projetos para estes espaços – agora nomeados de “shoppings populares”. A partir dos anos 2010, os poderes públicos dos municípios anunciaram seus projetos de revitalização para o centro, no qual incluía a área dos antigos camelódromos. Tanto para Presidente Prudente quanto para São Carlos, as intervenções se limitaram em atualizar a infraestrutura e regularizar as intervenções espontâneas dos boxistas em seu espaço de trabalho.

Entre ambas as cidades, o projeto mais recente lançado para os camelódromos ocorreu em São Carlos, em 2022¹⁰. Segundo informações divulgadas pelo poder público, a revitalização do camelódromo fez parte de um projeto de melhorias da mobilidade urbana no centro. A

⁷ COMERCIANTES disputam espaço com ambulantes que invadem a cidade. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 02 jun. 1993. Disponível em: Biblioteca “Prof. Dióres Santos Abreu” da Universidade Estadual Paulista. Acesso em: 06 fev. 2023.

⁸ CRESCE mais de 100% o índice de mendicância em Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 13 abr. 1993. Disponível em: Biblioteca “Prof. Dióres Santos Abreu” da Universidade Estadual Paulista. Acesso em: 06 fev. 2023.

⁹ BLITZ conjunta vai retirar camelôs ilegais das ruas. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 17 mai. 1995. Disponível em: Biblioteca “Prof. Dióres Santos Abreu” da Universidade Estadual Paulista. Acesso em: 24 fev. 2023.

¹⁰ SHOPPING Popular de São Carlos é inaugurado com 64 boxes neste sábado na Praça dos Voluntários. **Portal G1**, São Carlos, 01 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2022/07/01/shopping-popular-de-sao-carlos-e-inaugurado-com-64-boxes-neste-sabado-na-praca-dos-voluntarios.ghtml>. Acesso em: 03 mai. 2024.

Secretaria de Transportes, na época chefiada pelo secretário Coca Ferraz, foi a responsável por conceber a proposta. Em suas críticas, Coca reiterava a falta de fluidez do trânsito de automóveis no centro – inclusive fazendo críticas a pedestrianização do calçadão da rua General Osório, propondo sua reabertura – e a carência de vagas para estacionamento¹¹. Ao incluir o camelódromo no conjunto de obras empreendidas pela secretaria, em parceria com a Secretaria de Habitação de Desenvolvimento Urbano, o objetivo era transpor a estrutura do camelódromo para dentro da Praça dos Voluntários, liberando espaço para a construção de um bolsão de estacionamento em sua antiga localização¹². Como resultado, a obra entregue consistiu na construção de 60 boxes de aproximadamente 4m² enfileirados em um único bloco construtivo – agora nomeado de Shopping Popular “José Ferreira Mota”¹³ (Figura 6, Figura 7, Figura 8 e Figura 9).

Figura 6. Canteiro de obras para a construção do Shopping Popular de São Carlos, ao lado do antigo camelódromo e dentro da Praça dos Voluntários



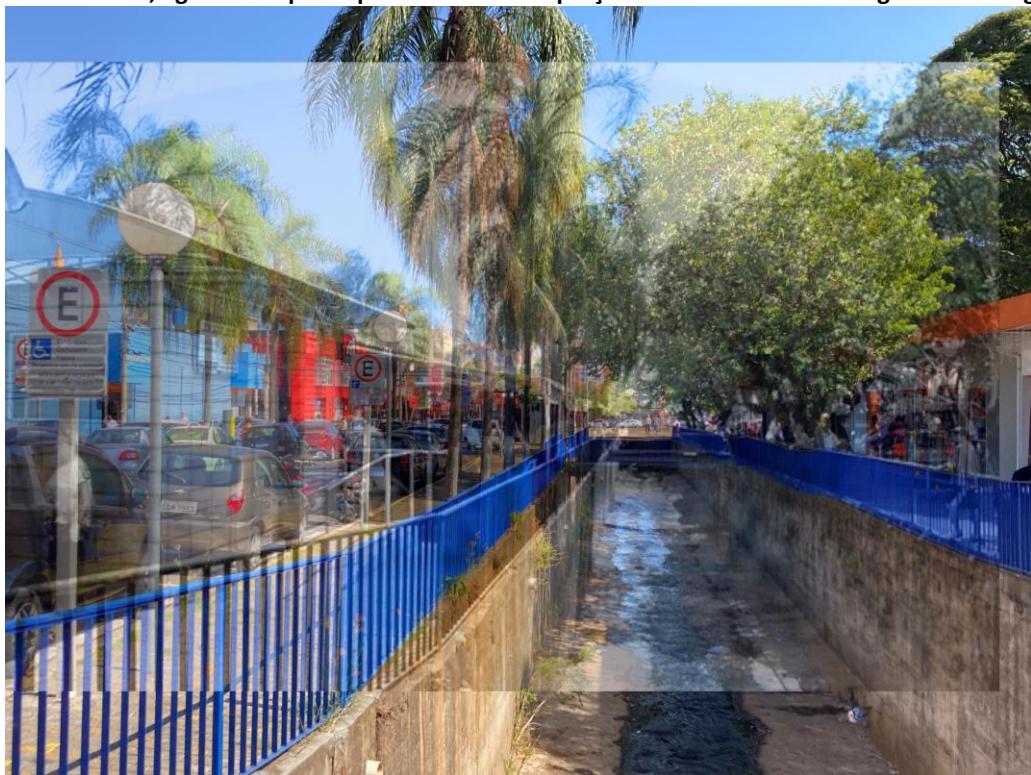
Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

¹¹ PROJETO prevê abrir calçadão e melhorar mobilidade no centro de São Carlos. **Portal G1**, São Carlos, 23 mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/projeto-preve-abrir-calcadao-e-melhorar-mobilidade-no-centro-de-sao-carlos-sp.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2024.

¹² PREFEITURA pretende mudar camelódromo de lugar na Baixada do Mercado. **São Carlos em Rede**, São Carlos, 17 jul. 2019. Disponível em: <https://saocarlosemrede.com.br/prefeitura-pretende-mudar-camelodromo-de-lugar-na-baixada-do-mercado/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

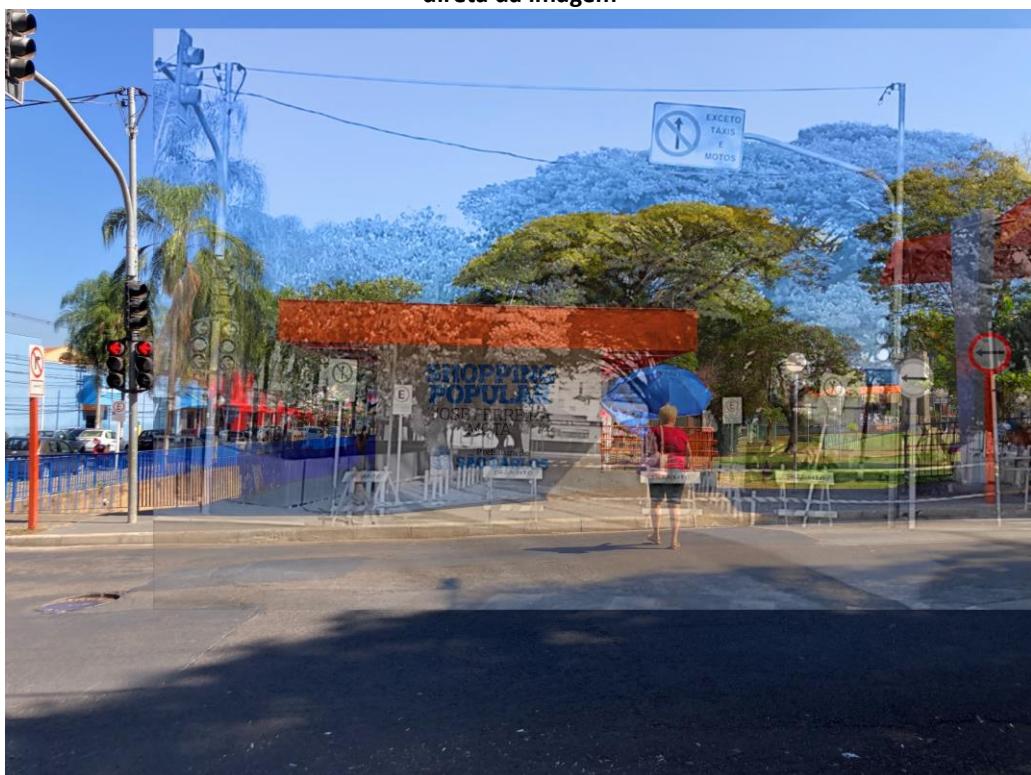
¹³ PREFEITURA inaugura neste sábado novo camelódromo na baixada do Mercado Municipal. **São Carlos Agora**, São Carlos, 29 jun. 2022. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/prefeitura-inaugura-neste-sabado-novo-camelodromo-na-baixada-do-mercado/148769/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Figura 7. Camelódromo de São Carlos, em 2024, às margens do Córrego do Gregório e Avenida Comendador Alfredo Maffei, agora transposto para o interior da praça e do outro lado da margem do córrego



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

Figura 8. Boxes do Shopping Popular de São Carlos, entregue em 2022, integrado à Praça dos Voluntários à direta da imagem



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

18^º SHCU

SEMINÁRIO DE
HISTÓRIA DA CIDADE
E DO URBANISMO

HORIZONTES (IM)POSSÍVEIS

NATAL / RN
10-14 NOV. 2024

Figura 9. Novos boxes entregues aos vendedores ambulantes do Shopping Popular de São Carlos



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

Em diálogo com os antigos comerciantes do camelódromo durante os trabalhos de campo *in loco*, críticas são feitas ao espaço menor, dificultando a permanência dos próprios comerciantes dentro de seus boxes lotados de mercadorias. Mas, segundo o vereador Rodson Magno (PSDB), autor do projeto de lei que solicitava a construção de um novo camelódromo, nunca houve a intenção de expulsar os antigos vendedores com a construção deste shopping popular, mas sim dar a eles melhores condições de trabalho, materializadas na entrega do novo espaço¹⁴. O investimento de 1,1 milhão de reais foi arcado pela própria Prefeitura Municipal¹⁵.

¹⁴ REUNIÃO PÚBLICA: Interesses dos comerciantes ambulantes (Camelódromo). Câmara Municipal de São Carlos, São Carlos, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://camarasaocharlos.sp.gov.br/video/?ent=70792&p=player&a=2019&id=1953>. Acesso em: 03 abr. 2024.

¹⁵ CENTRO de São Carlos deve ganhar novo shopping popular e bolsão de estacionamento nos próximos meses. São Carlos Agora, São Carlos, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.saocarlosagora.com.br/cidade/sao-carlos-deve-ganhar-novo-shopping-popular-nos-proximos-meses/129776/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Em Presidente Prudente, o novo projeto foi entregue um ano depois, em 2023. Assim como em São Carlos, a prefeitura foi autora do projeto e a própria financiadora da obra¹⁶. Nesta cidade, o projeto foi lançado em 2017 como parte também de um conjunto de obras para o centro. Nesse sentido, os camelódromos de ambas as cidades estudadas integraram um plano de intervenção conjunto para o centro. A revitalização do camelódromo estava associada aos projetos de reforma da própria Praça da Bandeira, ao novo projeto para o calçadão da rua Tenente Nicolau Maffei e a projetos situados na região “além-linha”, como o Atende Prudente – local de atendimento ao público para prestação de serviços da Prefeitura Municipal¹⁷. Ao todo, a construção do novo “shopping popular” custou 4,5 milhões de reais, parte dos recursos proveniente de empréstimos da prefeitura com a Caixa Econômica Federal através do programa FINISA (Financiamento à Infraestrutura e Saneamento)¹⁸.

Os objetivos da construção deste novo espaço aos boxistas foram mais complexos daqueles apresentados pela prefeitura de São Carlos. Em Presidente Prudente, a permanência do camelódromo na Praça da Bandeira foi uma luta travada entre prefeitura e Ministério Público Estadual. Enquanto o MP-SP empenhava determinações para a retirada dos boxistas da praça, o poder público municipal era contrário, sendo a questão levada ao Tribunal de Justiça. Somente na segunda instância a prefeitura conquistou a autorização para manter o camelódromo na antiga praça, desde que empreendesse melhorias em sua infraestrutura e submetesse os boxistas a legislação vigente – não mais vendessem produtos falsificados ou pirateados (Scudeller, 2021). Consentindo a estas condições, a prefeitura iniciou a construção do seu “shopping popular” em 2019. A sua entrega ocorreu apenas quatro anos depois, em 2023, com 240 boxes ao todo (Figura 10, Figura 11, Figura 12 e Figura 13).

¹⁶ ASSINATURA de contrato para remodelação do camelódromo. **Site Oficial da Prefeitura Municipal**, Presidente Prudente, 20 nov. 2018. Disponível em: www.presidenteprudente.sp.gov.br/site/noticias.xhtml?cod=40759. Acesso em: 08 jan. 2021.

¹⁷ REFORMULAÇÃO do Camelódromo faz parte de projetos com obras orçadas em R\$ 20 milhões para o centro de Presidente Prudente. **Portal G1**, Presidente Prudente, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/projeto-de-reformulacao-do-camelodromo-de-presidente-prudente-contempla-obras-orcadas-em-r-20-milhoes.ghtml>. Acesso em: 08 jan. 2021.

¹⁸ PROJETO de remodelação prevê corte de 44 boxes no Camelódromo de Presidente Prudente. **Portal G1**, Presidente Prudente, 20 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2018/11/20/projeto-de-remodelacao-preve-corte-de-44-boxes-no-camelodromo-de-presidente-prudente.ghtml>. Acesso em: 08 jan. 2021.

Figura 10. Boxes do Camelódromo de Presidente Prudente dentro da Praça da Bandeira ao lado da Avenida Brasil, no centro da cidade



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

Figura 11. Boxistas do Shopping Popular de Presidente Prudente, em 2024, dentro da Praça da Bandeira ao lado da Avenida Brasil, no centro da cidade



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

Figura 12. Camelódromo de Presidente Prudente dentro da Praça da Bandeira e próximo ao Viaduto Tannel Abbud, no centro da cidade



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

Figura 13. Shopping Popular de Presidente Prudente, em 2024, dentro da Praça da Bandeira e próximo ao Viaduto Tannel Abbud, no centro da cidade



Fonte: autora, montagem a partir do acervo de pesquisa (2024)

Neste ponto, voltamos a questão proposta no início deste artigo: o que a atual história de reformulação dos camelódromos nos conta sobre os processos de *transformação* desses centros urbanos? Para nós, a chave desta compreensão está no papel desempenhado pelo

poder público destes municípios – na luta pela permanência dos camelôs na área central e no investimento financeiro custeado pelos próprios cofres públicos. Ou seja, um caráter distinto daquele atribuído às iniciativas observadas em regiões metropolitanas, onde a construção dos novos espaços envolveu diretamente o setor privado e a busca pela higienização estética e moral dos boxistas. Os camelôs resistentes à empresarização do comércio popular não teriam espaço nos novos camelódromos: os *shoppings populares*.

OS CASOS DE ESTUDO EM REGIÕES METROPOLITANAS

A partir dos anos 2000, pesquisas sobre as transformações do comércio popular no Brasil se tornaram cada vez mais frequentes. Parte deste avanço se deve as próprias mudanças no *padrão de consumo* dos segmentos populares nos últimos vinte anos no país. Com as políticas públicas de ampliação do acesso ao crédito implementadas a partir do primeiro governo da Era Lula (Sader et al., 2013), a população de baixa renda pôde usufruir de um poder aquisitivo semelhante ao das classes médias (Figura 14). Isso se deu através da inclusão, ainda que tardia, das classes de baixa renda ao consumo de massa (Pochmann, 2014). A estratégia adotada foi ampliar o acesso de toda a população brasileira ao sistema bancário, por onde poderiam financiar suas compras. Via inserção da classe de baixa renda à sociedade de consumidores, os segmentos populares se viram com direitos a terem direitos (Góes et al., 2019).

Compreendendo o espaço urbano como um reflexo da sociedade que o produz, os territórios de consumo voltados aos segmentos populares também passaram por transformações. Perante a este contexto, novos projetos de revitalização foram lançados para os centros urbanos destinados a esse público. Circunscrevendo este panorama, alguns pesquisadores se debruçaram em analisar as mudanças do comércio informal, especificamente mudanças relacionadas a vendedores ambulantes, feiras de ruas e camelódromos (Fonseca, 2021; Kopper, 2012; Rangel, 2015, 2019; Sakai, 2011; Silva, 2014). Deste conjunto, selecionamos dois casos de estudo metropolitanos: a transição do mercado de rua do centro de Porto Alegre/RS para um shopping popular e as mudanças da Feira da Madrugada no bairro do Brás em São Paulo/SP.

Figura 14. Associação das práticas de lazer com as práticas de consumo dos/nos espaços públicos experimentadas pelos segmentos populares com sua inclusão ao consumo de massa



Fonte: autora, colagem a partir do acervo de pesquisa (2021)

Segundo Kopper (2012), em fevereiro de 2009, foi lançado o “Shopping do Porto”, localizado nas proximidades do Cais do Porto, às margens do Rio Guaíba. O empreendimento visava reunir os vendedores ambulantes antes espalhados ao redor da Praça XV e ao longo da Rua da Praia. Este “shopping de todos”, como foi anunciado, foi construído nas proximidades da Prefeitura Municipal e do Mercado Público. O projeto foi lançado durante a gestão do prefeito José Fogaça, em 2007, e prometia a construção de 800 boxes de 4m² em cima um terminal de ônibus urbanos.

De início, os camelôs apoiaram o projeto com a esperança de legalizarem o seu negócio e saírem da camelotagem das ruas, prática politicamente malquista. A mídia também apoiava a iniciativa, afinada ao discurso higienista de devolução das ruas aos transeuntes. O poder público, autor da proposta, utilizava-se do projeto para angariar capital político tanto com os camelôs quanto com o setor privado. Com o tempo, os vendedores ambulantes notaram que a busca pela legalização significa não só a sua expulsão definitiva das ruas como também a

seleção de um perfil de vendedores – aqueles que aceitassem se submeter às regras estabelecidas pelo Estado via recadastramento, remanejo e fiscalização (Kopper, 2012).

Porém, de forma distinta ao observado nos nossos objetos empíricos em Presidente Prudente e São Carlos, o poder público em Porto Alegre não assumiu o financiamento do projeto e nem a gestão do camelódromo. Em 2006, logo no início do governo Fogaça, o poder público selou um contrato de Parceria-Público-Privada com a empresa Verdicon S.A, no qual a prefeitura cederia uma área no centro para a construção de um espaço para abrigar os vendedores ambulantes que se cadastrassem na Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (Kopper, *ibidem*). A empresa assumiu todos os custos de execução do Shopping do Porto, mas a prefeitura cederia – e cedeu – o direito de exploração do empreendimento através da cobrança de aluguéis.

Mas essa cobrança não seria igual a todos os ocupantes do espaço. A poder público negociou um “aluguel social” para abrigar os vendedores ambulantes no empreendimento – e assim resolver o problema do poder público em retirar os camelôs das ruas do centro. Porém, o Shopping do Porto também teria espaço para “livre aluguel”, previsto para “lojistas de verdade”, para o “equilíbrio financeiro” dos investidores. Quando o espaço ficou pronto e a saída da rua começou, os antigos ambulantes ficaram com boxes menores e em regiões de menor fluxo de pessoas no empreendimento. Segundo Kopper (*ibidem*), os antigos camelôs se viram claramente preteridos pela empresa administradora e cercados pela regularização da atividade. Este processo não se tratou apenas da saída dos ambulantes das ruas, mas de uma higienização estética e moral e dos boxistas – transformando camelôs em microempresários (Figura 15).

Mais adiante, Felipe Rangel (2019) trata justamente da *formalização excludente* promovida pelos novos projetos ao comércio popular. O autor utiliza como objeto empírico a Feirinha da Madrugada, no bairro do Brás, um dos centros da cidade de São Paulo. A origem da feira remonta ao comércio que costumava ser realizado na madrugada na Rua 25 de março, a poucos minutos do Brás, no início dos anos 2000. Mediante a embates entre o poder público

e os interesses da iniciativa privada, essa feira começou a ser transferida para um espaço fechado na Rua Oriente, a partir de 2003, em uma negociação com a prefeitura.

Figura 15. Campanhas publicitárias sobre a construção do camelódromo antes e depois da entrega do edifício no centro de Porto Alegre



Fonte: Moisés Kopper, acervo de pesquisa (2012)

Rangel (*ibidem*) destaca o papel desempenhado pela prefeitura municipal de São Paulo antes da transferência da feira a um espaço comercial fechado. O poder público diariamente usava sua força institucional como forma de repressão aos vendedores ambulantes do centro. Toda essa operação era narrada com orgulho pelos políticos envolvidos: apesar da camelotagem, a Rua Oriente amanhecia mais *limpa* do que nunca. Eram mobilizadas forças da Guarda Civil, Política Militar e Corpo de Bombeiros em uma ação conjunta de combate ao comércio ambulante, recebida com resistência organizada pelos camelôs. Mas, depois da “limpeza” das ruas, o comércio informal era reestabelecido: as luzes clandestinas eram religadas, as mercadorias apreendidas eram repostas e os ônibus de sacoleiros continuavam chegando. Neste conflito de forças, ambos os lados saiam perdendo: os camelôs tinham prejuízos financeiros para repor as mercadorias apreendidas e a prefeitura perdia capital político na reocupação das ruas pelos ambulantes. Então surgiu a iniciativa privada para mediar e solucionar esse conflito – claro, impondo seus interesses.

O espaço conhecido como Pátio do Pari apareceu como possibilidade de reorganização deste mercado. O pátio era um terreno público sob administração privada. Em 2005, num acordo com a Prefeitura, a administração do pátio passou a alugar pontos para os camelôs. Após a vinda dos ambulantes, a empresa administradora registrou a marca que batizou oficialmente o local, até hoje conhecido: Shopping Popular da Madrugada. A apropriação do comércio popular por uma empresa privada era a confirmação do novo nicho comercial em

desenvolvimento. A iniciativa privada identificou um lucro potencial e se apropriou da riqueza que circulava em torno dessas atividades. A exploração deste potencial econômico se deu através do que Rangel (2019) nomeou de *empresarização do comércio popular*.

Rangel (*ibidem*) caracteriza essa empresarização através da combinação de três fatores: 1. mudanças na infraestrutura física onde os vendedores ambulantes se faziam presentes, implicando na construção dos shoppings populares; 2. regulação do comércio informal através da conversão dos camelôs em microempresários via figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI); e 3. incorporação do discurso empreendedor e naturalizando a instabilidade característica do mundo do trabalho.

Nos casos metropolitanos, como em Porto Alegre e São Paulo, o poder público terceiriza ao setor privado a responsabilidade de financiamento e administração mediante a promessa de lucros econômicos via cobrança de aluguéis. Segundo Rangel (*ibidem*), os valores variam de oitocentos a cinco mil reais – dependendo da localização do shopping center e do tamanho dos boxes alugados. A presença dos boxistas em estabelecimentos regulados pelo empresariado implica na regularização obrigatório dos vendedores através de uma pessoa jurídica. Algo nem sempre vantajoso a eles, porque o enquadramento nesta categoria coloca um limite de renda declarado à Receita Federal, empurrando-os novamente às omissões fiscais. A mudança da figura do camelô ao empreendedor coloca uma mudança no entendimento de sua própria atividade comercial – enquanto a camelotagem era exercida como meio de subsistência de desempregados numa sociedade capitalista, a empresarização do comércio popular embute na mente destes novos empreendedores a necessidade de constante inovação para se manterem no setor. Rangel (2019) define essa alteração de perfil como estratégia da *gentrificação do trabalho* no comércio popular. Ou seja, a expulsão de trabalhadores com menos capital à disposição por trabalhadores também instáveis, mas com maiores possibilidades de investimento, mais habilidade administrativa e mais afinados com a subjetividade da lógica empreendedora.

CONCLUSÕES

A escrita deste artigo foi motivada pelo seguinte questionamento: o que as transformações nos espaços públicos do centro nos contam sobre seu atual propósito? Como a histórica de formação e reformulação dos camelódromos pode ilustrar esse processo? Lembrando aqui o quanto a compreensão da histórica é fundamental para entendermos os processos socioespaciais contemporâneos de produção das cidades.

A história dos centros de São Carlos e Presidente Prudente nos mostra a gradativa perda de valoração destas áreas. Se em um primeiro momento o centro era majoritariamente ocupado pelas elites sociais, em um segundo momento o centro passa por um processo de desvalorização. Este marco se dá a partir dos anos 1990, quando os shopping centers chegaram nestes municípios. A partir deste período, as elites que antes se concentravam no centro passaram a se deslocar a novas centralidades. Então, a construção dos primeiros camelódromos emerge como símbolo deste processo de popularização dos centros. Essas estruturas criaram a aglomeração dos antigos vendedores ambulantes em um único ponto nos espaços públicos do centro.

Perante a saída das elites do centro e sua ocupação pelos segmentos de baixa renda, acontece um processo de desvalorização, não só uma degradação física e infraestrutural, mas sobretudo uma perda de prestígio social e exclusividade espacial. Como consequência, são lançados os projetos de intervenção, dando início ao processo de transformação. Contudo, o que o artigo argumenta é que existe uma especificidade nestas transformações, a depender de sua ocorrência em cidades (inter)médias ou regiões metropolitanas.

Para compreender estes diferentes propósitos de intervenção no centro, trouxemos os casos dos shoppings populares de Porto Alegre e São Paulo. Nessas cidades, a retirada dos vendedores ambulantes das ruas foi associada a “assepsia” dos espaços públicos. O envolvimento do setor privado veio solucionar aparentemente o conflito entre ambulantes e poder público. Este setor privado presente nos shoppings populares de Porto Alegre e São Paulo visa ocultar a estética da precariedade tão característica das práticas de camelotagem, inclusive expulsando os ambulantes que se opuserem a empresarização do comércio popular.

Desde então, a camelotagem e seu comércio de subsistência deixou de ser tolerado nessas cidades.

Por outro lado, não observamos este processo nos nossos casos de estudo. Em São Carlos e Presidente Prudente, o lançamento de novos projetos para o camelódromo não envolveu a iniciativa privada e nem implicou na retirada dos boxistas de seus antigos pontos de atividade. O objetivo das transformações nos camelódromos foi apagar antigos símbolos de pretensa precariedade infraestrutural. A regulação das atividades comerciais dos antigos ambulantes não foi utilizada como ferramenta de expulsão do comércio de subsistência ou alteração do perfil socioeconômico dos antigos boxistas. Os projetos para os novos camelódromos dessas cidades exerceram mais o papel de legitimação do comércio popular no centro do que a busca por sua elitização. Daí sua expressiva simbologia de remeter a atual consolidação do caráter popular do centro.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- DEAN, W. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura: 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FIX, M. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: operações urbanas em São Paulo. **Cadernos de Urbanismo**, v. 3, 2004.
- FONSECA, C. R. **De camelô a empreendedor: os “lojistas” do Shopping Popular de Cuiabá**. Tese—São Carlos: Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, 2021.
- GÓES, E. M. et al. **Consumo, crédito e direito à cidade**. Curitiba: Appris, 2019.
- GONÇALVES, M. ANDRADE. **A territorialização do trabalho informal: um estudo a partir dos catadores de papel/papelão e dos camelôs em Presidente Prudente - SP**. Dissertação—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), 2000.
- GROAT, L.; WANG, D. **Architectural research methods**. 2. ed. New Jersey: Wiley, 2013.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed.- ed. São Paulo: Annablume, 2006.

KOPPER, M. *De Camelôs a Lojistas: Etnografia da transição do mercado de rua para um shopping popular em Porto Alegre-RS.* Dissertação - Mestrado em Antropologia Social—Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MIÑO, O. S. *Os espaços da sociabilidade fragmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente.* Doutorado em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2005.

MONTESSORO, C. C. L. *Shopping centers e (re)estruturação urbana em Presidente Prudente.* Dissertação em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 1999.

NEVES, A. P. DAS. *São Carlos na esteira do tempo.* São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

PADILHA, V. *Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado.* Tese (doutorado)—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social.* São Paulo: Boitempo, 2014.

RANGEL, F. *O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho.* Dissertação—São Carlos/SP: Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR, 2015.

RANGEL, F. *A empresarização do comércio popular em São Paulo: trabalho, empreendedorismo e formalização excludente.* Tese—São Carlos/SP: Universidade Federal de São Carlos, 2019.

SADER, E. et al. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.* São Paulo: Boitempo, 2013.

SAKAI, R. Y. *A ocupação da área central pelo comércio ambulante: negociações e produção do espaço urbano.* São Carlos: Universidade de São Paulo, 31 maio 2011.

SCUDELLER, B. P. *Espaços públicos e consumo: os impactos das lógicas econômicas sob a produção do espaço urbano e suas implicações no “projeto de revitalização” da área central de Presidente Prudente/SP.* Dissertação em Arquitetura e Urbanismo—São Carlos: Universidade de São Paulo, 13 dez. 2021.

SILVA, C. F. DA. *Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 1 set. 2014.

SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; MIÑO, O. S. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. *O Chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana.* Tese de Doutorado—Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 1983.

VILLAÇA, F. *Espaço intraurbano no Brasil.* São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, A. M. *A produção do espaço urbano em Presidente Prudente.* Dissertação em Geografia—Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 1997.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos.* 2^a edição ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.